

RELATÓRIO DO PROJETO “PRÁTICAS INVESTIGATIVAS” – SEMESTRE 2010.2
Linha de Pesquisa: PERCEPÇÕES SOBRE A JUSTIÇA

Asdrubal Nascimento Lima Junior
Matheus Passos Silva

1) INTRODUÇÃO

O projeto “Práticas Investigativas”, implantado nas Unidades Taguatinga e Guará da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade Projeção, tem como objetivo fazer com que os alunos do curso de Direito realizem pesquisas de campo sobre temas de interesse geral e que, ao final do semestre, seja produzido um relatório analisando o resultado de tais pesquisas.

No semestre acadêmico 2010.2, o projeto "Práticas Investigativas" trabalhou com cinco linhas de pesquisa, quais sejam:

- 1) Hábitos de Consumo/Consumo Sustentável;
- 2) Leis de Trânsito;
- 3) Percepções sobre a advocacia;
- 4) Percepções sobre a Justiça;
- 5) Vida em Família.

No total, foram aplicados em todo o Distrito Federal aproximadamente sete mil questionários pelos alunos do primeiro semestre do curso de Direito das duas Unidades acima citadas, sendo que, em média, cada questionário continha 13 (treze) perguntas.

2) METODOLOGIA DE PESQUISA

Empregamos o questionário “Práticas Investigativas – Percepções sobre a Justiça” como instrumento de aproximação e sondagem do sujeito pesquisado, que nos possibilitou coletar dados sobre como a população se relaciona com questões vinculadas ao tema. Nesse sentido, a coleta de dados no projeto “Práticas Investigativas” levou em consideração a importância da aplicabilidade do conteúdo visto pelos alunos nas aulas de Ciências Jurídicas no meio social em que vivem, trazendo *in loco* situações que os futuros bacharéis em Direito vão enfrentar no decorrer da carreira profissional com a finalidade de tornar o estudo do Direito acessível ao aluno por meio da prática aplicada desde o início de seu curso.

O projeto foi posto em prática mediante a aplicação de questionários, sendo todas as questões objetivas. Sommer e Sommer, citados por Günther (2003, p. 16), afirmam que as perguntas fechadas “mostram frequentemente mais respeito à opinião das pessoas, deixando-as classificar suas respostas como positivas, negativas ou neutras, em vez do pesquisador fazer isto para elas”. O uso do questionário, portanto, teve como objetivo proporcionar aos respondentes a oportunidade de se expressar de forma espontânea e consciente. Ainda no que diz respeito à metodologia da pesquisa, Günther (2003, p. 1) afirma que o levantamento de dados por amostragem, ou *survey*, assegura melhor representatividade e permite generalização para uma população mais ampla, sendo que o questionário é o instrumento principal para o levantamento de dados por amostragem.

O preenchimento do questionário foi voluntário e identificado, visando assegurar a privacidade e a imagem dos respondentes, bem como lhes proporcionar maior espontaneidade ao expressar suas opiniões e impressões (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.39). Os entrevistados preencheram os questionários individualmente, não tendo havido nenhuma cooperação ou discussão prévia acerca do tema com os alunos.

Rodrigues (2007, p. 31) afirma que ao efetuar uma pesquisa, “o método quantitativo, considerando a contribuição para a ampliação do conhecimento sobre a área escolhida, deve ser considerado como uma opção importante a ser adotada, constituindo-se numa base confiável para outros pesquisadores.” Para que os dados coletados pudessem apresentar maior credibilidade, a participação dos alunos foi voluntária, e também para a apuração dos resultados obtidos contamos com a disposição e interesse de determinado grupo de alunos que se dispuseram a concluir este trabalho.

O uso do questionário se tornou apropriado devido à quantidade de alunos que colaboraram com a pesquisa: somando-se os alunos das Unidades Taguatinga e Guará, tivemos o total de 128 (cento e vinte e oito) alunos participando da linha de pesquisa “Percepções sobre a Justiça”, o que gerou 1280 (mil, duzentos e oitenta) questionários aplicados em todo o Distrito Federal, pois foram disponibilizados 10 (dez) questionários para cada aluno. Deste total foram desconsiderados os questionários devolvidos em branco e/ou com referência a outras Unidades da Federação, tendo-se como resultado final a análise a partir de 1169 questionários em relação aos quais os dados abaixo estão sendo apresentados.

3) ANÁLISE DOS RESULTADOS

A linha de pesquisa “Percepções sobre a Justiça” traz como objetivo central analisar duas vertentes a respeito do conceito de Justiça: a Justiça como definição teórico-filosófica e a Justiça como instituição do Direito. A primeira vertente foi abordada nas questões de 1 a 8 e a segunda vertente nas questões de 9 a 15 do questionário.

Na primeira parte da pesquisa não seria possível aplicar no questionário conceitos filosóficos a respeito do conceito de Justiça. Nesse sentido, optou-se pela criação de situações específicas nas quais tais visões filosóficas seriam apresentadas aos entrevistados e os mesmos escolheriam dentre as opções disponíveis, sem ser necessário entrar em detalhes acadêmicos sobre cada uma das visões filosóficas.

Com base nas respostas dadas pelos entrevistados, é possível perceber que a visão do cidadão é essencialmente *utilitarista* no que diz respeito a delitos vistos como graves e/ou gravíssimos. O *utilitarismo* é uma doutrina filosófica que defende que aquilo que é útil para a sociedade é justo, independentemente da moralidade da ação que garantisse tal utilidade. É assim que na questão 1 pergunta-se a respeito da pena de morte e 58% dos entrevistados acredita ser viável sua implantação com o objetivo de evitar que crimes como o descrito no comando da questão sejam cometidos novamente. A análise é confirmada na questão 2, na qual 72% dos entrevistados defende a punição por meio de trabalhos forçados – enquanto que apenas 18% defende o princípio da justiça *restaurativa*, que é aquela que defende que o réu compense diretamente aquele que foi ofendido.

Na questão 3 a maioria – 51% dos entrevistados – defendeu que as punições sejam maiores em termos temporais, o que pode ser um indício de que o cidadão quer *vingança*, e não *justiça* propriamente dita.

Na questão 4 foi novamente tratado o princípio da justiça utilitarista, e desta vez, ao contrário do que ocorreu nas duas primeiras questões do questionário, a maioria dos entrevistados – 55% – defendeu a inviolabilidade da residência no período de escuridão, ainda que isso possa permitir eventuais fugas de criminosos.

Nas questões 5 e 6 trabalhou-se com o conceito de justiça intrínseca ao indivíduo. Este conceito foi desenvolvido ainda na Grécia Antiga por Platão e se fundamenta na ideia de que a justiça irá ocorrer de qualquer maneira desde que aquele que a aplique seja dotado de virtude pessoal, de forma que as instituições pouco influenciariam no resultado final da decisão tomada. Ao serem perguntados se justo é o que está na lei e injusto é o que é proibido pela lei, a maioria – 73% dos entrevistados – afirmou não concordar com a frase, o que demonstra associação com a ideia platônica de virtude pessoal daquele que aplica a lei. Tal ideia foi confirmada com o resultado da questão 6: a maioria – 78% dos entrevistados – acredita que a mera presença da previsão legal para determinado ato – no caso, a tortura – não torna justa sua aplicação.

Fechando o primeiro bloco do questionário tem-se as questões 7 e 8, que trabalham com o princípio da justiça distributiva de Aristóteles. Este princípio se fundamenta na ideia de que as pessoas recebam de acordo com o que produzam para a coletividade: assim, seria justo que aqueles indivíduos que contribuem mais para a sociedade recebam mais, enquanto que aqueles que nada fazem, nada devem receber. Pelo resultado da questão 7 percebe-se que em um primeiro momento a maioria dos entrevistados – 80% – não concorda com o princípio aristotélico porque acha que é função da justiça garantir a igualdade completa entre os indivíduos. Porém, ao serem questionados de forma mais específica sobre qual seria a melhor maneira de se garantir tal igualdade, a maior parte dos entrevistados – 66% – defendeu a ideia de que as pessoas recebam de acordo com seu mérito e/ou seu *status* social; apenas 4% dos entrevistados defendeu a ideia de que todos devem receber a mesma coisa.

O segundo bloco de questões trata da Justiça como instituição do Direito. Nesse sentido, a questão 9 buscou saber qual a primeira maneira de se solucionar um conflito: pelos tribunais, por um mediador ou apenas entre os conflitantes. A resposta a esta questão foi bastante equilibrada, o que mostra que o cidadão não enxerga apenas o poder Judiciário estatal e oficialmente estabelecido como o responsável pela solução das lides.

As questões 10 e 11 tratam de tema polêmico: como o cidadão vê a aplicação da Justiça em si próprio, por um lado, e “nos outros”, por outro. Ao serem questionados sobre uma eventual ordem de prisão contra si próprios, 66% dos entrevistados analisou a situação sob a ótica particular de que não cabe à polícia agir fundamentando-se apenas na vestimenta do indivíduo. Porém, quando se passa à questão 11, fica visível a contradição: quando o indivíduo abordado pela polícia é “o outro”, 57% dos entrevistados acredita que a polícia deve revistar os indivíduos baseando-se na vestimenta.

Pelo resultado da questão 12 foi possível perceber como a linha entre *justiça* e *vingança* é tênue. Ao serem confrontados com uma situação de total nulidade jurídica, 76% dos entrevistados defendeu a manutenção da prisão do acusado porque o mesmo confessou o crime – ainda que,

durante todo o processo, tenha sido defendido por alguém que não era um advogado legalmente instituído.

As questões 13, 14 e 15 trazem novamente à tona a diferença de visão que o cidadão tem quando ele está de fora da situação e quando ele está inserido na situação – e, nesta segunda opção, foi possível ainda colocar o entrevistado em lados opostos. Ao serem questionados de forma impessoal sobre a situação financeira de uma empresa fictícia, 51% dos entrevistados defendeu que o funcionário seja privilegiado, mesmo que, ao fazer isso, seu empregador incorra em crime tributário. Porém, ao serem colocados na posição do empregador, 71% dos entrevistados deixaria o empregado em segundo plano, evitando cometer o crime tributário. Por fim, ao serem colocados na posição do empregado, 78% dos entrevistados exigiria seu salário de qualquer maneira, até mesmo por via judicial, mesmo sabendo das dificuldades de seu empregador.

Com base nas respostas, é possível afirmar que o cidadão, de forma geral, pretende se ver livre de forma definitiva de criminosos quando a situação é relacionada a crimes hediondos. Ficou claro também que o entendimento a respeito da Justiça não leva, necessariamente, à garantia da *igualdade* entre os indivíduos. Foi percebido ainda que em várias situações o cidadão confunde a aplicação da *justiça* com a realização de *vingança*. Ainda, conclui-se que quando a Justiça é aplicada sob si próprio, o cidadão tem a tendência de ser mais brando no que diz respeito à punição, e quando a aplicação da Justiça é sobre outros, o cidadão tende a ser mais “duro” na aplicação da pena – o que corrobora a ideia de confusão entre *justiça* e *vingança* apresentada anteriormente.

4) APRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS RESULTADOS

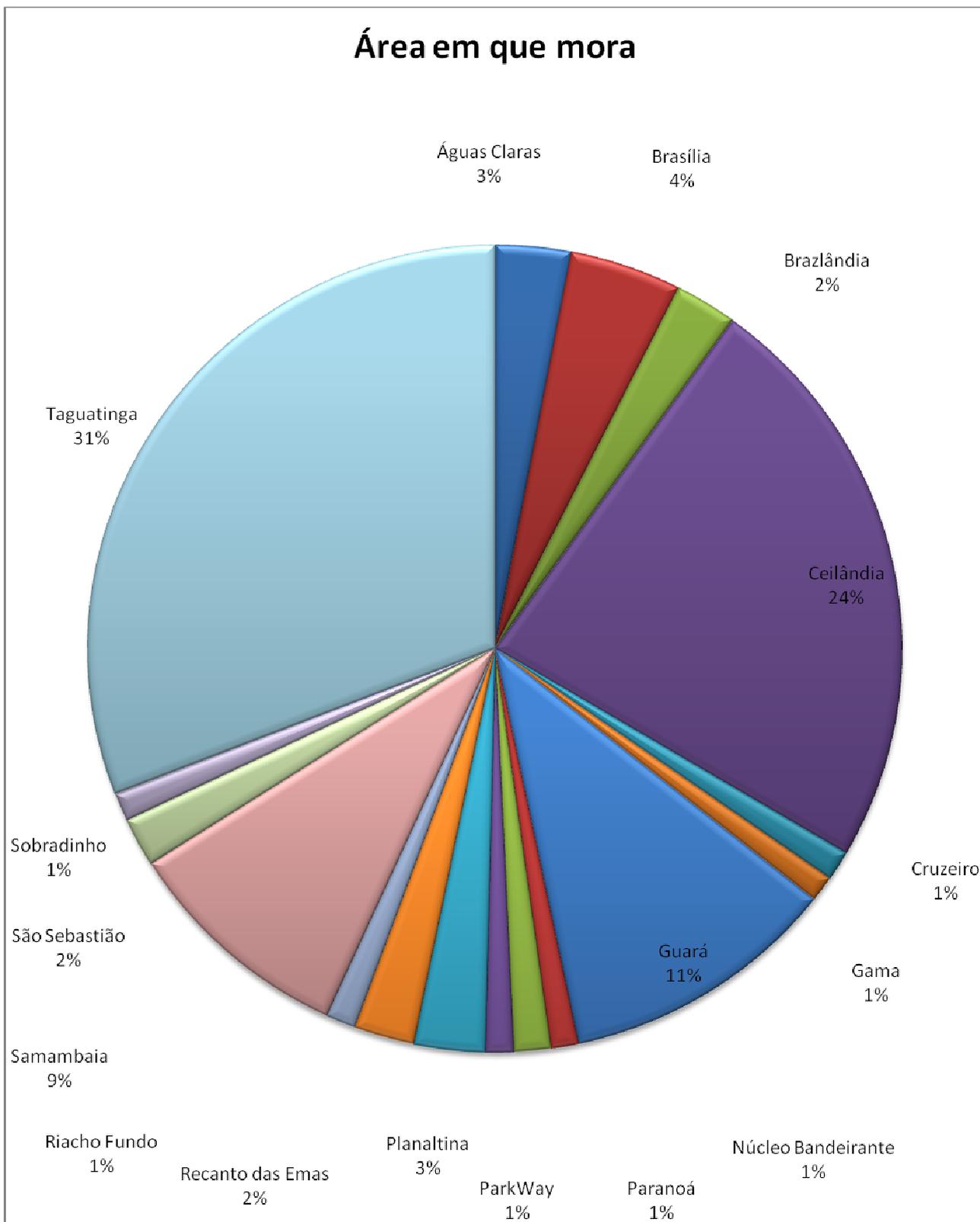
4.1) Dados sociais dos entrevistados

O questionário apresenta, em seu cabeçalho, questões vinculadas aos indicadores sociais dos respondentes. Foram apresentadas cinco perguntas, em sequência, cujos resultados estão apresentados a seguir.

1) Área em que mora

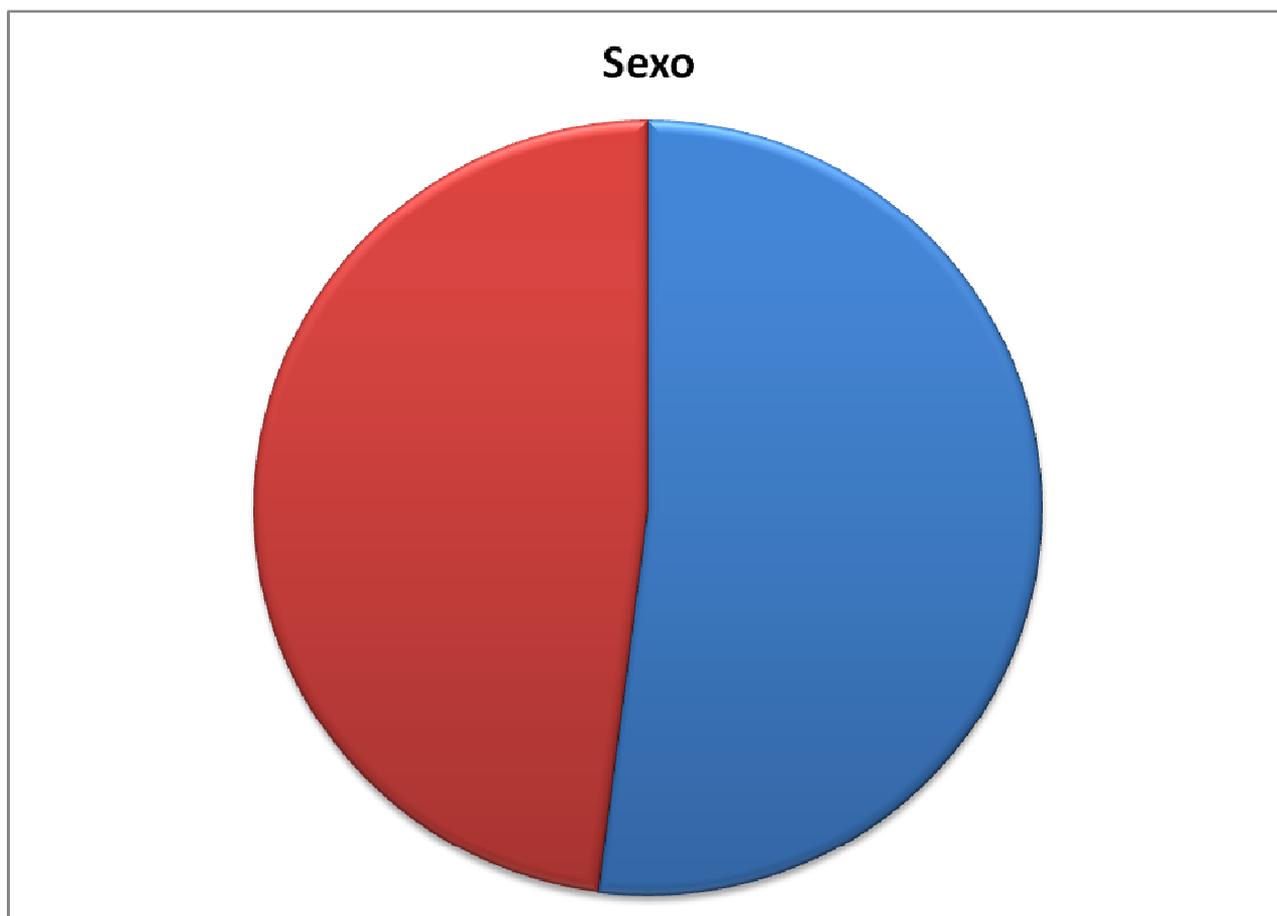
Região Administrativa do Distrito Federal	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Águas Claras	35	3%
Brasília	52	4%
Brazlândia	29	3%
Ceilândia	275	24%
Cruzeiro	14	1%
Gama	12	1%
Guará	129	11%
Núcleo Bandeirante	13	1%
Paranoá	17	1%
ParkWay	13	1%
Planaltina	33	3%
Recanto das Emas	28	2%
Riacho Fundo	14	1%
Samambaia	108	9%
São Sebastião	23	2%
Sobradinho	13	1%
Taguatinga	361	32%
TOTAL	1169	100%

Área em que mora



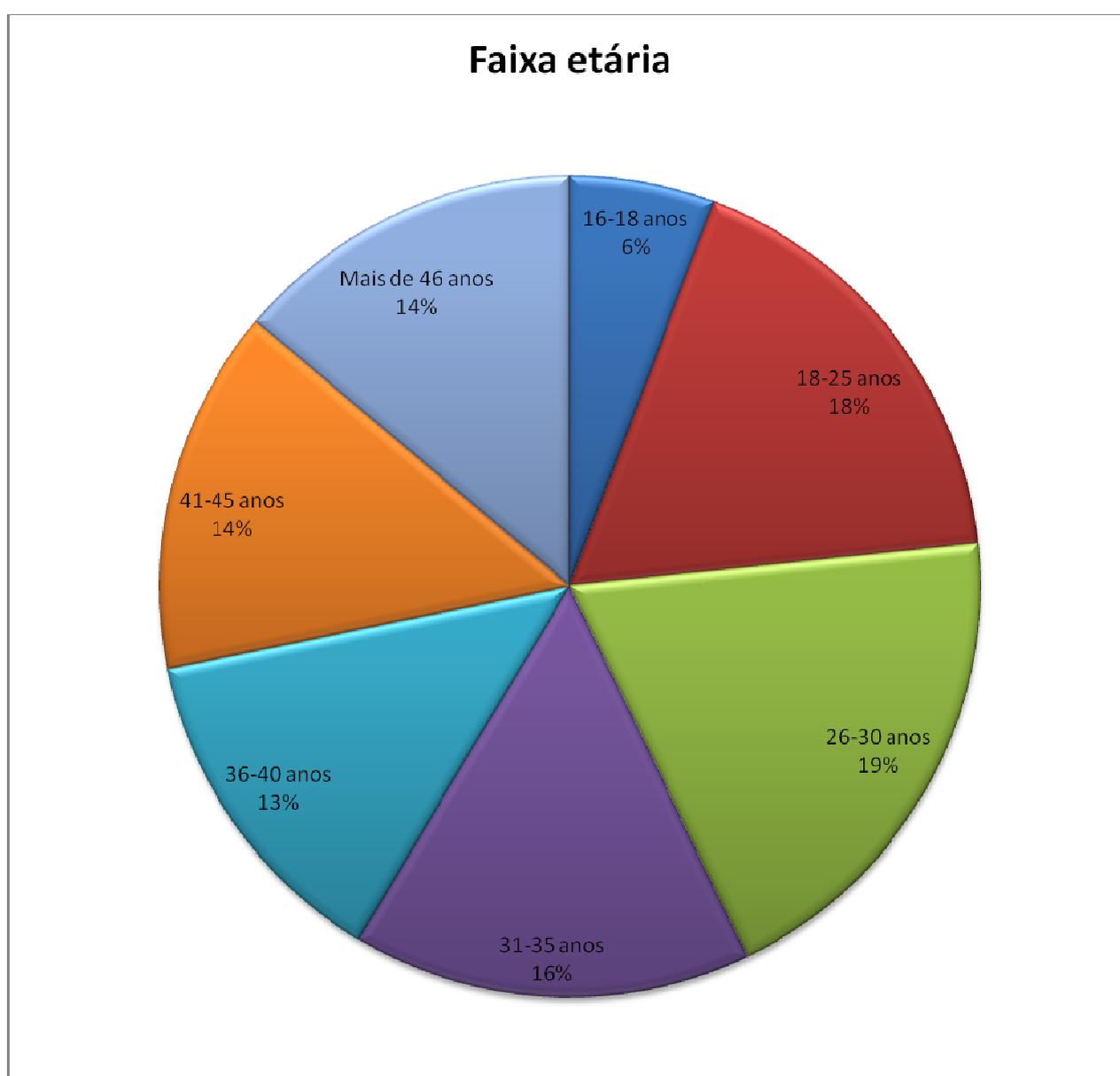
2) Sexo

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Masculino	608	52%
Feminino	561	48%
TOTAL	1169	100%



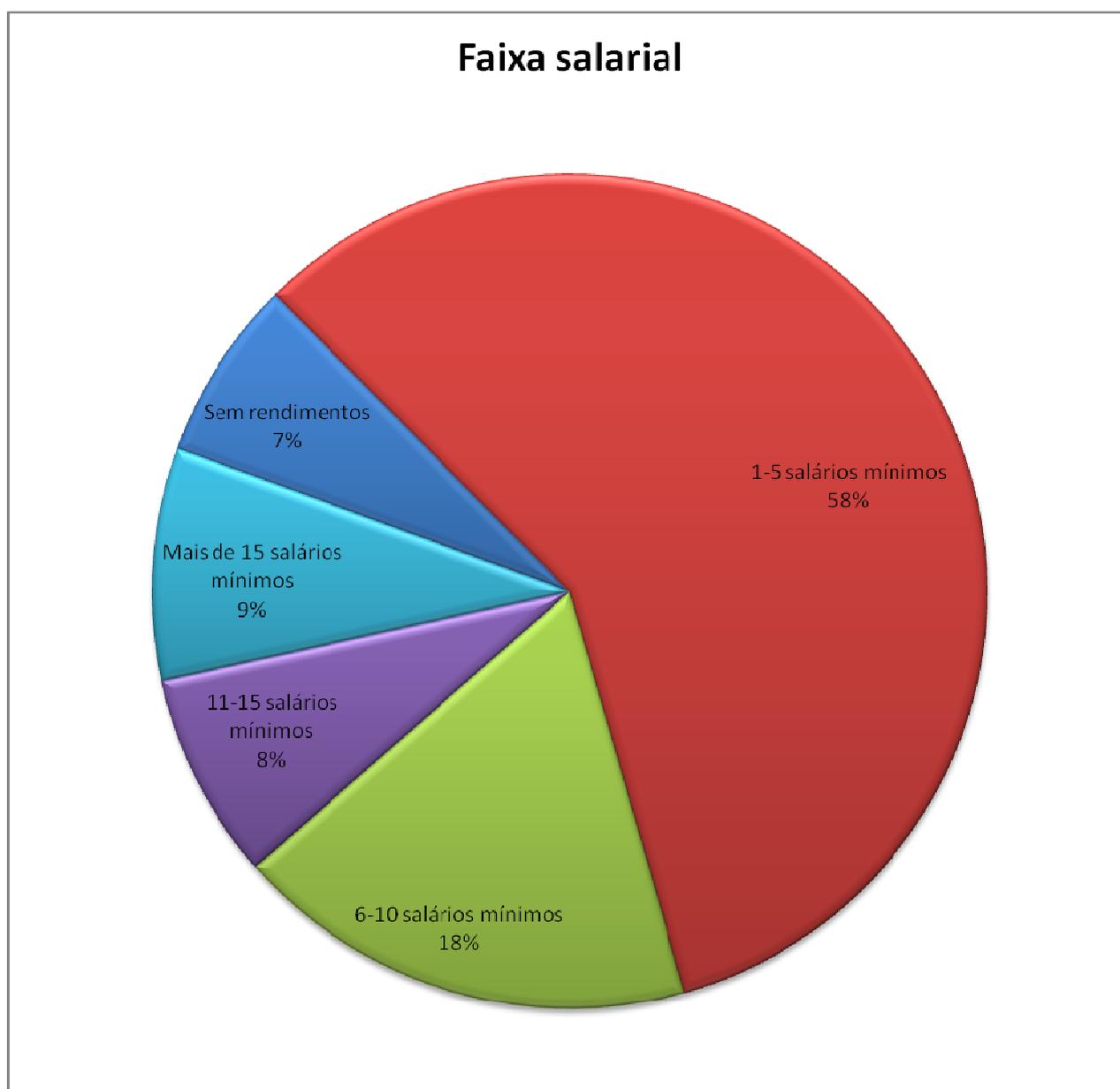
3) Faixa etária

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
16-18 anos	67	6%
18-25 anos	206	18%
26-30 anos	228	19%
31-35 anos	184	16%
36-40 anos	154	13%
41-45 anos	168	14%
Mais de 46 anos	162	14%
TOTAL	1169	100%



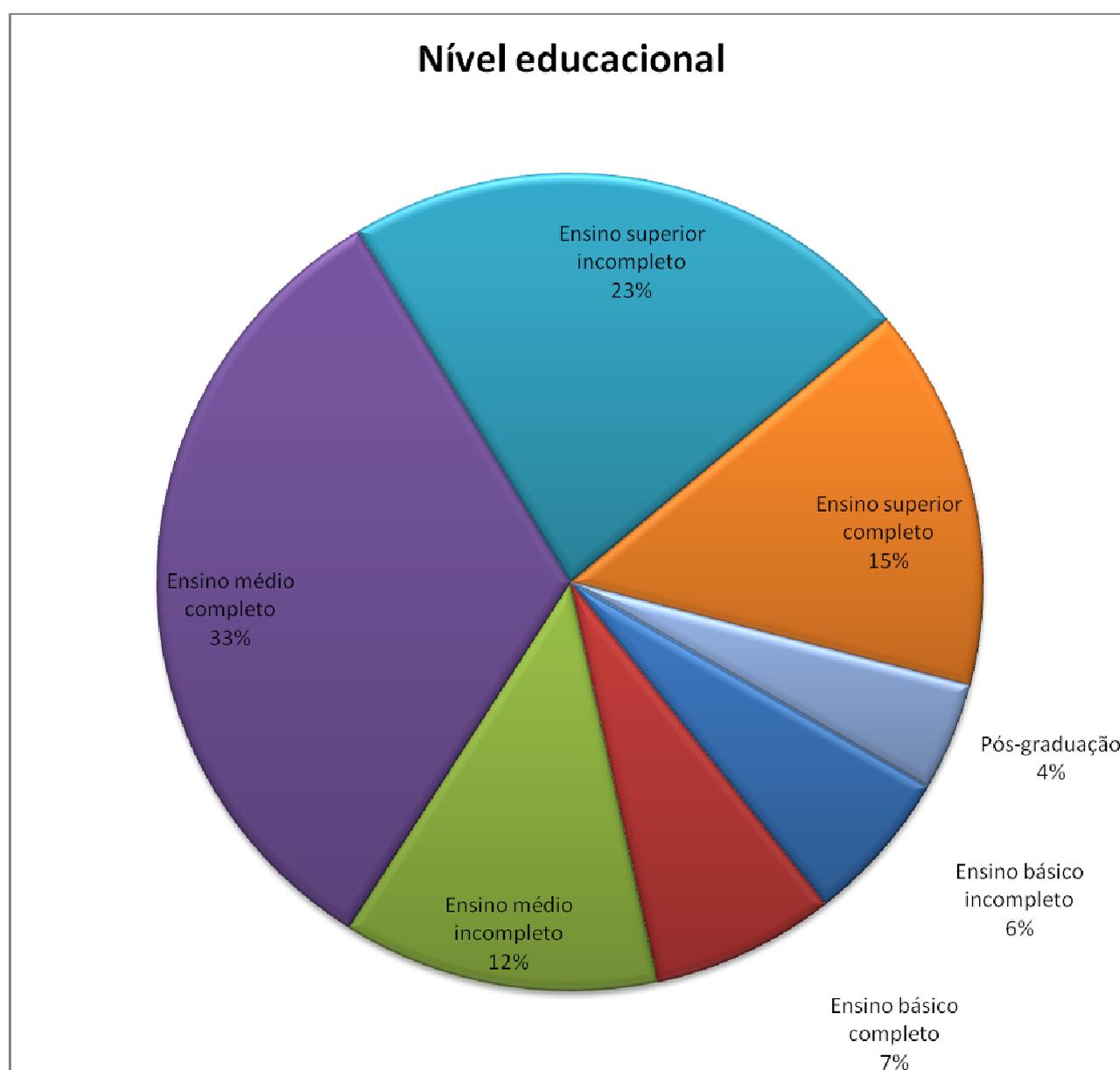
4) Faixa salarial

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sem rendimentos	82	7%
1-5 salários mínimos	678	58%
6-10 salários mínimos	210	18%
11-15 salários mínimos	94	8%
Mais de 15 salários mínimos	105	9%
TOTAL	1169	100%



5) Nível educacional

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Ensino básico incompleto	71	6%
Ensino básico completo	84	7%
Ensino médio incompleto	145	12%
Ensino médio completo	379	33%
Ensino superior incompleto	263	23%
Ensino superior completo	177	15%
Pós-graduação	50	4%
TOTAL	1169	100%



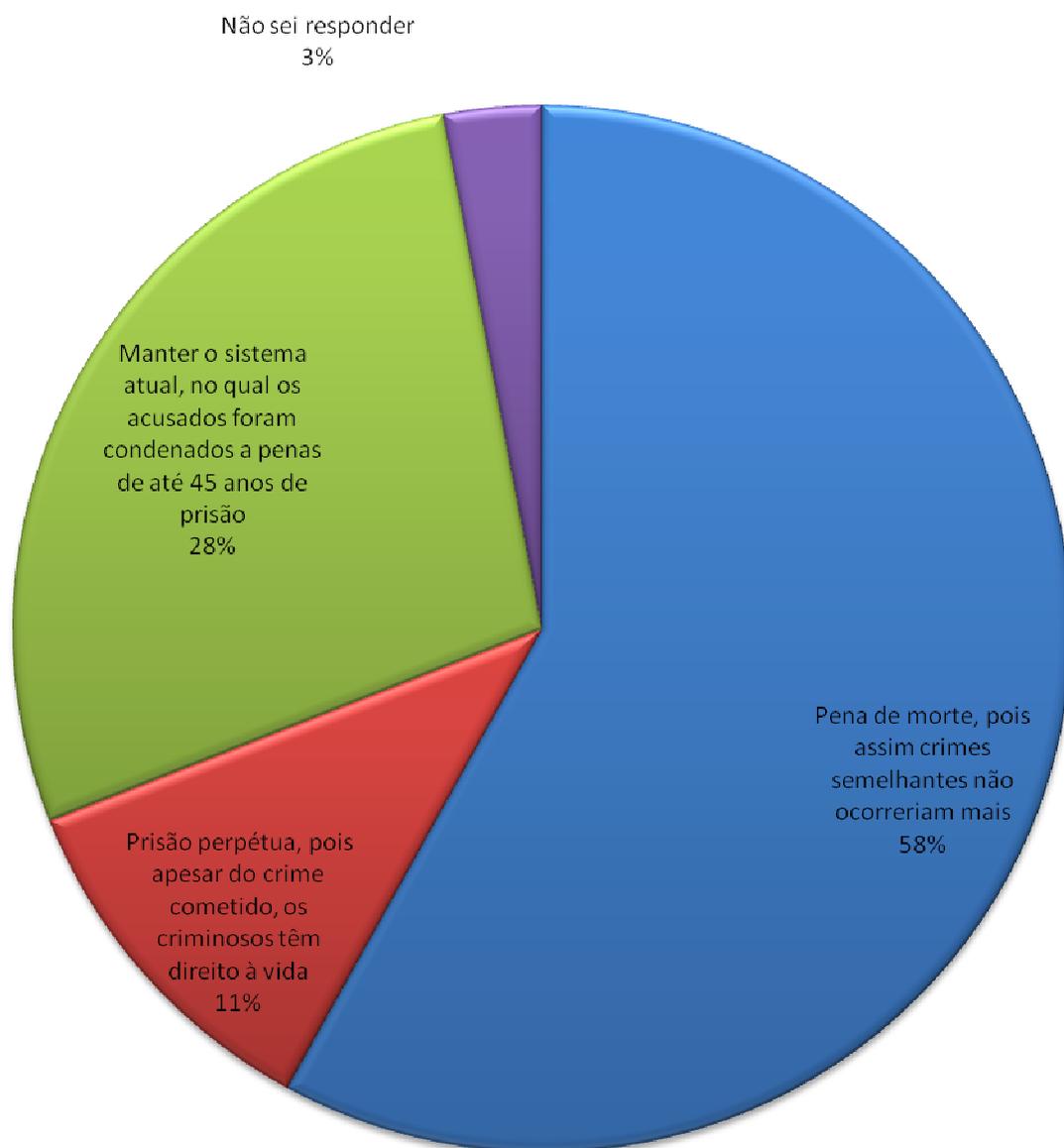
4.2) Questões específicas sobre o tema “Percepções sobre a Justiça”

A segunda parte do questionário apresenta 15 (quinze) questões cujo conteúdo se remete ao tema “Percepções sobre a Justiça”. Durante a confecção do questionário, foram criadas as mais diversas situações por meio das quais se pudesse avaliar o grau de conhecimento do cidadão a respeito do tema.

QUESTÃO 01

No ano de 2007 aconteceu no Rio de Janeiro um assalto que ficou conhecido como “caso João Hélio”, no qual o menino de seis anos ficou preso pelo cinto de segurança, vindo a falecer após ser arrastado por sete quilômetros. Você acredita que a punição deveria ser:	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Pena de morte, pois assim crimes semelhantes não ocorreriam mais	678	58%
Prisão perpétua, pois apesar do crime cometido, os criminosos têm direito à vida	129	11%
Manter o sistema atual, no qual os acusados foram condenados a penas de até 45 anos de prisão	327	28%
Não sei responder	35	3%
TOTAL	1169	100%

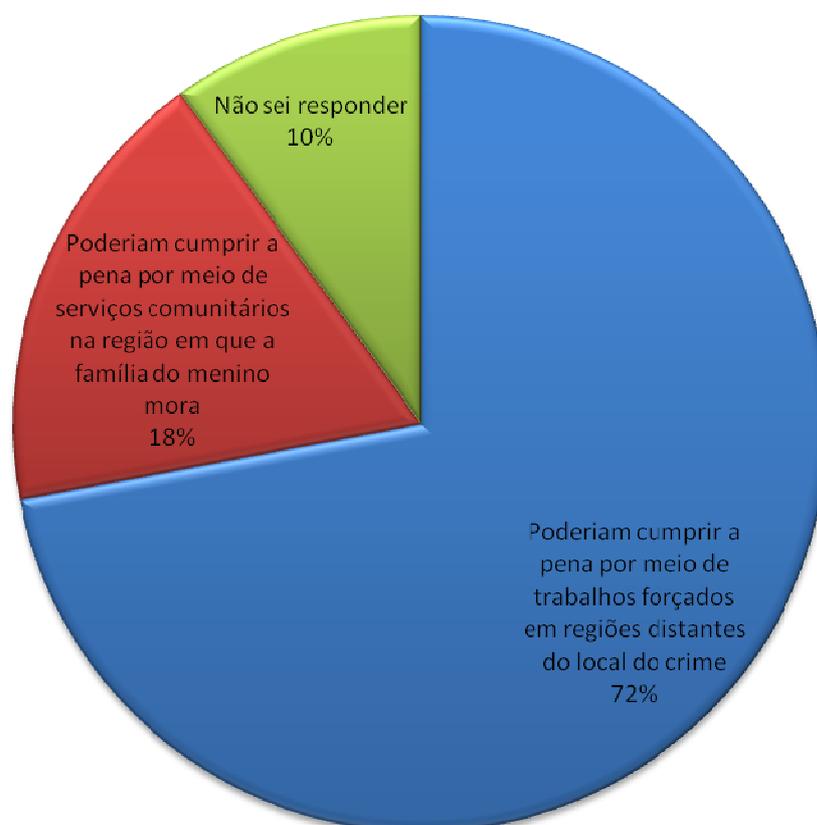
No ano de 2007 aconteceu no Rio de Janeiro um assalto que ficou conhecido como “caso João Hélio”. Você acredita que a punição deveria ser:



QUESTÃO 02

Sabe-se que um dos grandes problemas do sistema penitenciário brasileiro é a superpopulação das cadeias. Nesse sentido, ainda tendo-se em mente o caso João Hélio, você acredita que a justiça poderia ser obtida caso os criminosos, ao invés de ficarem presos:	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Poderiam cumprir a pena por meio de trabalhos forçados em regiões distantes do local do crime	842	72%
Poderiam cumprir a pena por meio de serviços comunitários na região em que a família do menino mora	210	18%
Não sei responder	117	10%
TOTAL	1169	100%

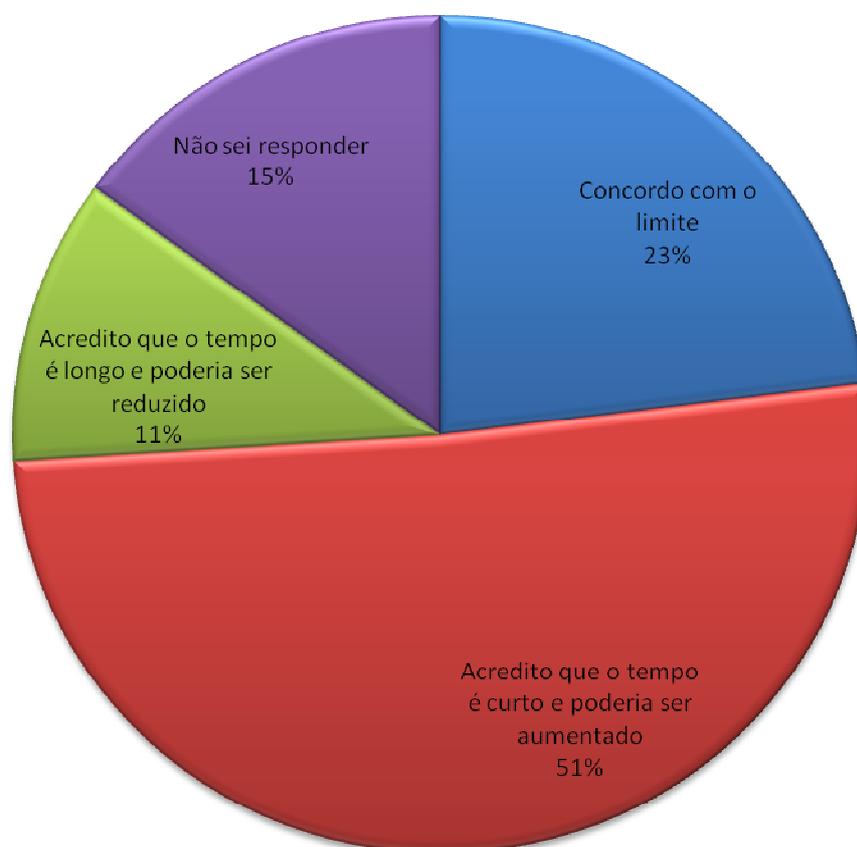
Você acredita que a justiça poderia ser obtida caso os criminosos, ao invés de ficarem presos:



QUESTÃO 03

De acordo com a legislação brasileira, o tempo máximo que um indivíduo pode ficar preso é de 30 anos. Você concorda com este limite ou acredita que ele pode sofrer mudanças?	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Concordo com o limite	269	23%
Acredito que o tempo é curto e poderia ser aumentado	596	51%
Acredito que o tempo é longo e poderia ser reduzido	129	11%
Não sei responder	175	15%
TOTAL	1169	100%

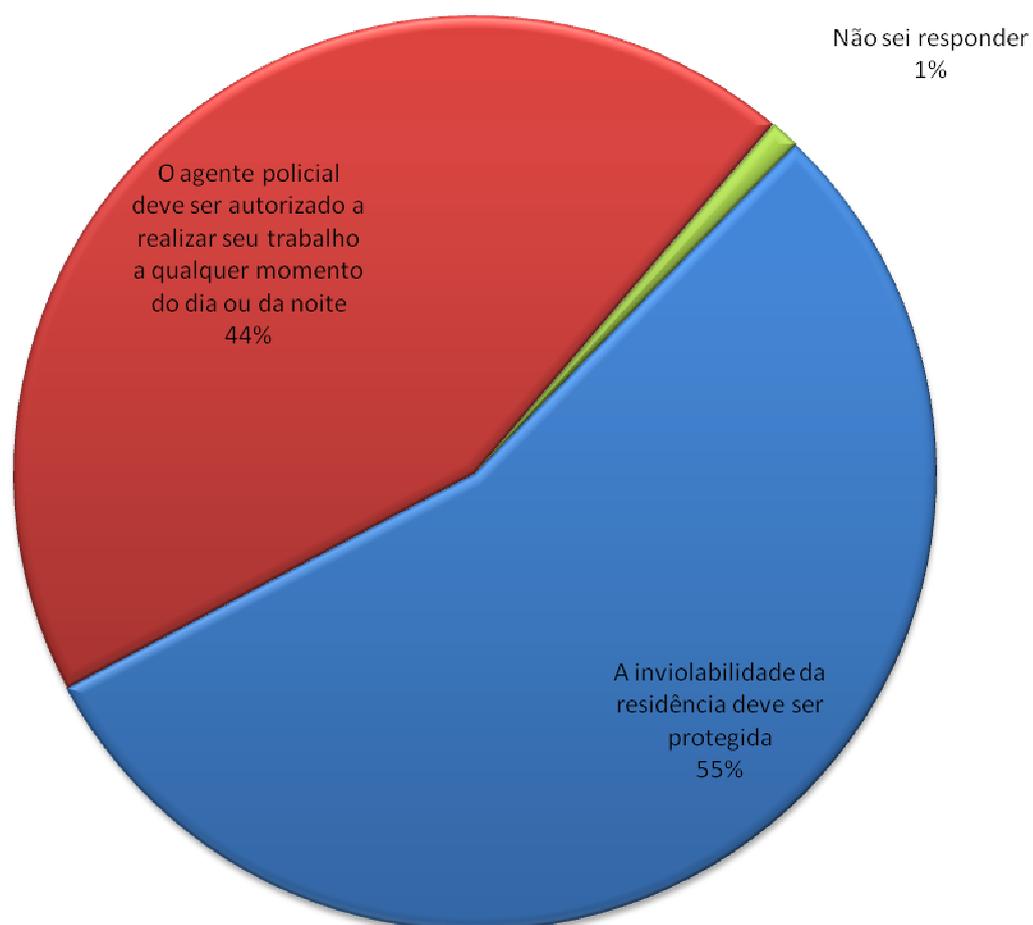
De acordo com a legislação brasileira, o tempo máximo que um indivíduo pode ficar preso é de 30 anos. Você concorda com este limite ou acredita que ele pode sofrer mudanças?



QUESTÃO 04

De acordo com a legislação brasileira, o agente policial não pode entrar na residência do cidadão no período que vai do pôr do sol ao amanhecer, a não ser que possua mandado específico para tal. Esta determinação visa a proteção da liberdade individual, mas eventualmente pode permitir que foragidos da polícia se utilizem deste período para organizar uma fuga. Considerando-se essas situações, você acredita que deva continuar havendo a proteção deste direito ou o agente policial pode, de acordo com a situação, entrar na residência dos indivíduos a qualquer momento?	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
A inviolabilidade da residência deve ser protegida	643	55%
O agente policial deve ser autorizado a realizar seu trabalho a qualquer momento do dia ou da noite	514	44%
Não sei responder	12	1%
TOTAL	1169	100%

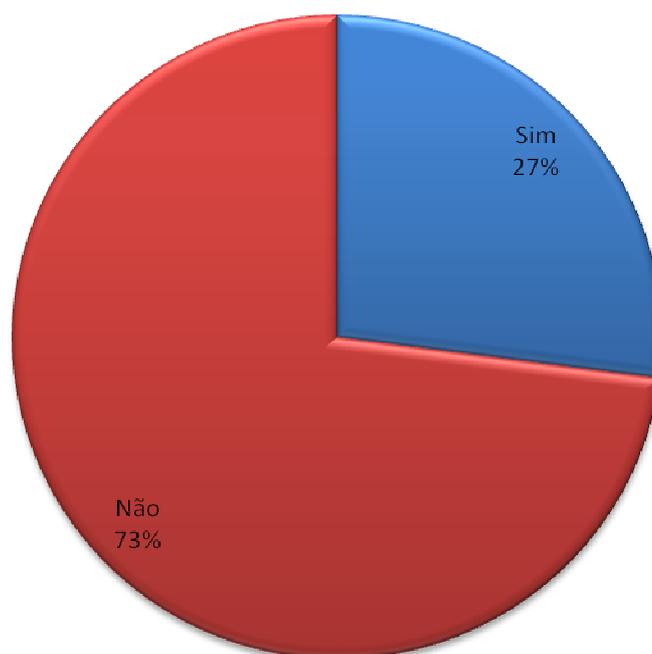
Você acredita que o agente pode entrar na residência apenas quando há luz do dia ou o agente policial pode, de acordo com a situação, entrar na residência dos indivíduos a qualquer momento?



QUESTÃO 05

“Cabe à lei definir o que é justo e injusto. Assim, justo é o que está permitido em lei e injusto o que está proibido pela lei”. Você concorda com esta frase? (Se a resposta for “não”, pule para a questão 07)	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sim	316	27%
Não	853	73%
TOTAL	1169	100%

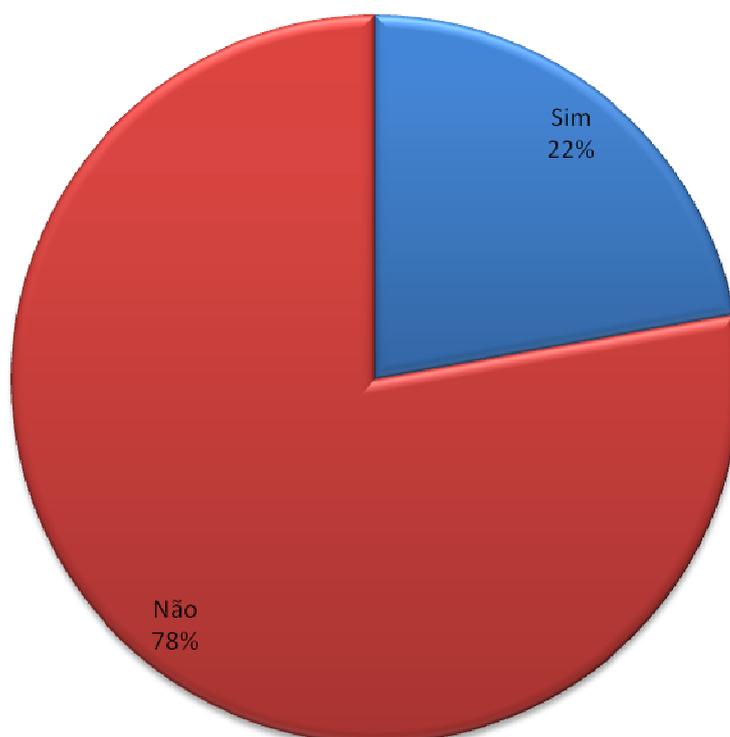
“Cabe à lei definir o que é justo e injusto. Assim, justo é o que está permitido em lei e injusto o que está proibido pela lei”. Você concorda com esta frase?



QUESTÃO 06

Considerando-se que justo é o que está na lei, então é possível afirmar que a tortura existente durante a ditadura militar brasileira era justa porque era prevista em lei. Você concorda com esta ideia?	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sim	70	22%
Não	246	78%
TOTAL	316	100%

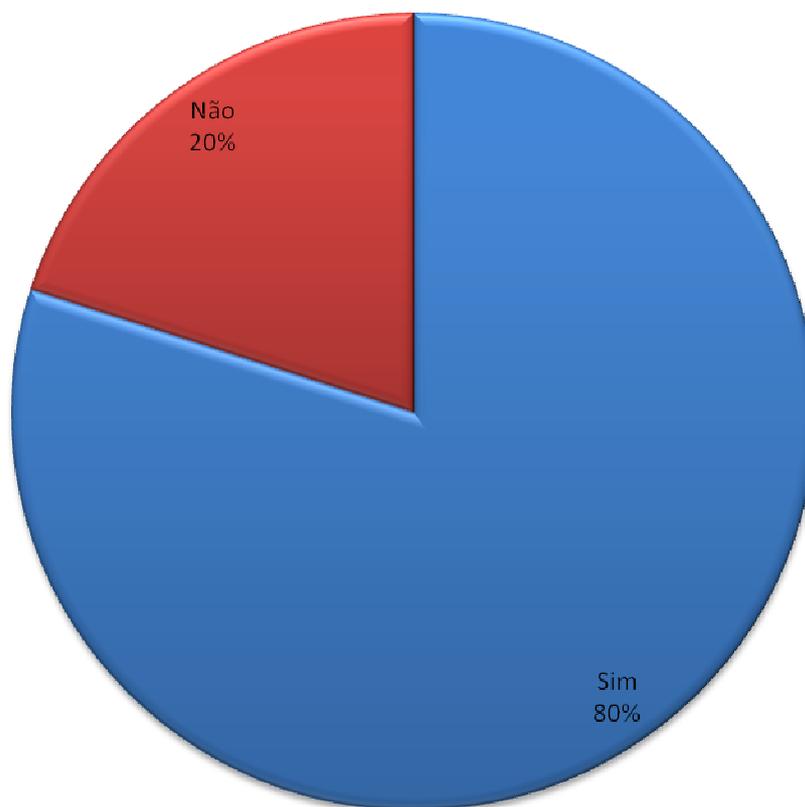
Considerando-se que justo é o que está na lei, então é possível afirmar que a tortura existente durante a ditadura militar brasileira era justa porque era prevista em lei. Você concorda com esta ideia?



QUESTÃO 07

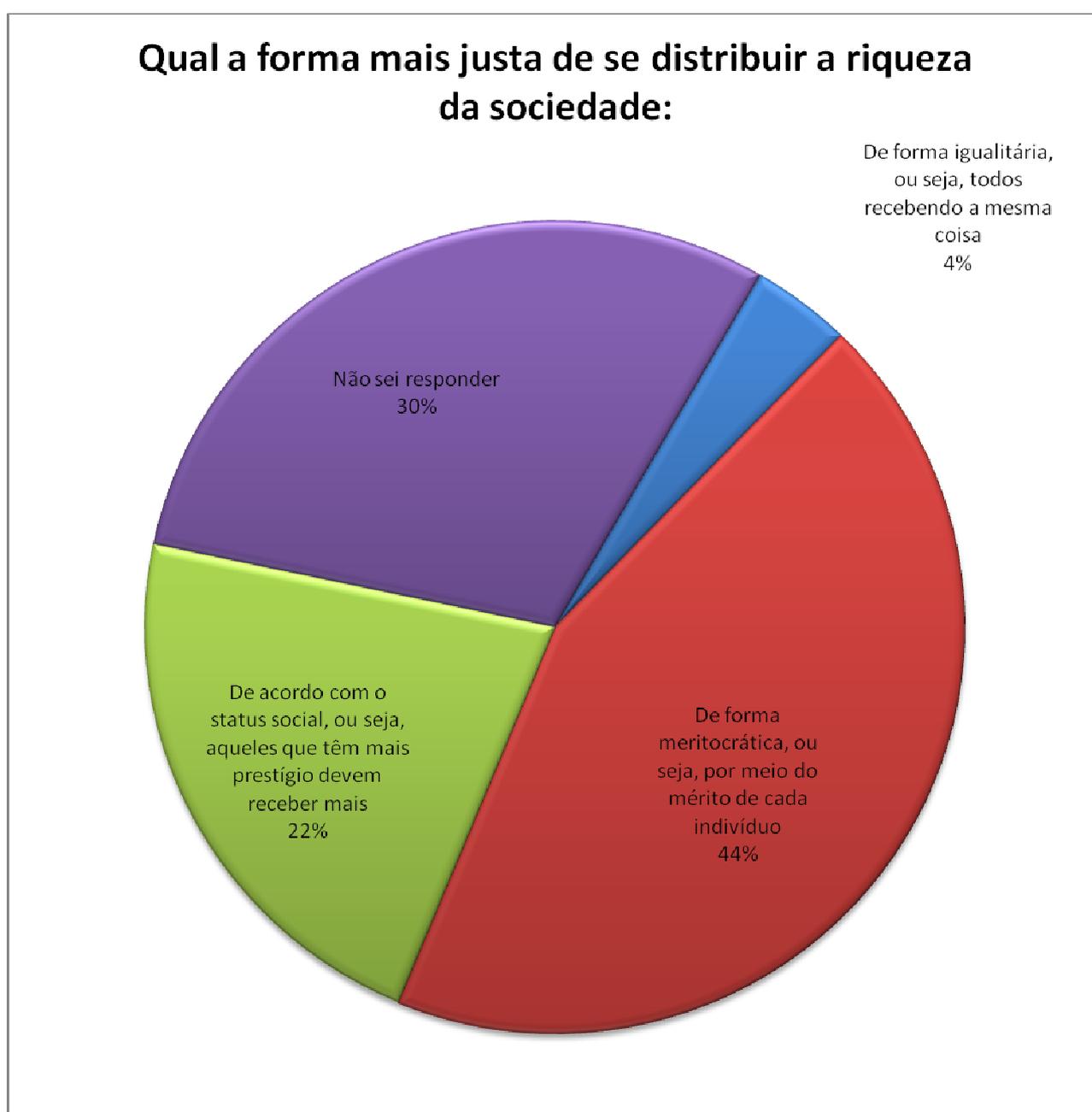
Você acredita que a palavra justiça possa ser entendida como a necessidade de se buscar a igualdade completa entre os cidadãos? (Se a resposta for "não", pule para a questão 09)	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sim	935	80%
Não	234	20%
TOTAL	1169	100%

Você acredita que a palavra justiça possa ser entendida como a necessidade de se buscar a igualdade completa entre os cidadãos?



QUESTÃO 08

Qual a forma mais justa de se distribuir a riqueza da sociedade:	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
De forma igualitária, ou seja, todos recebendo a mesma coisa	37	4%
De forma meritocrática, ou seja, por meio do mérito de cada indivíduo	411	44%
De acordo com o <i>status</i> social, ou seja, aqueles que têm mais prestígio devem receber mais	206	22%
Não sei responder	281	30%
TOTAL	935	100%



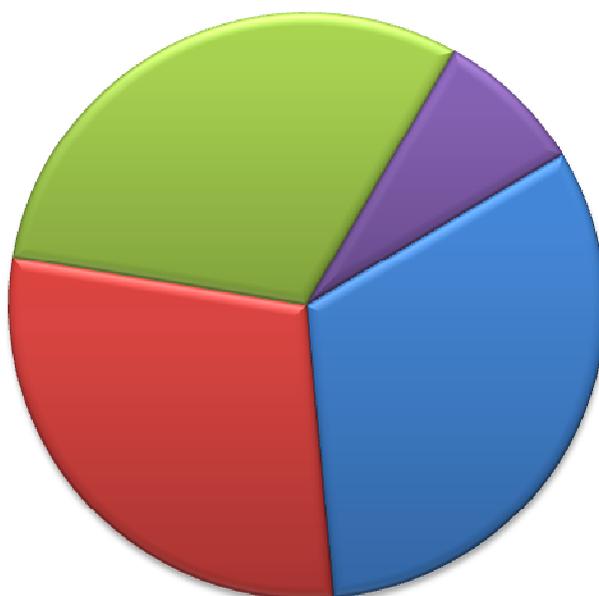
QUESTÃO 09

João e Antônio são vizinhos, moradores de uma área rural. Eles têm entre si uma pendência a respeito da delimitação da área de suas respectivas chácaras. Neste caso, qual seria a melhor forma de solucionar o conflito?	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
João e Antônio devem procurar os tribunais, pois mesmo que demore muito, consideram que apenas o poder Judiciário pode solucionar tais problemas	376	32%
João e Antônio devem procurar um mediador, pois desta forma a solução do conflito é feita de forma mais rápida	340	29%
João e Antônio devem resolver suas pendências diretamente, sem a intervenção do poder Judiciário e/ou de um mediador	358	31%
Não sei responder	95	8%
TOTAL	1169	100%

João e Antônio são vizinhos, moradores de uma área rural. Eles têm entre si uma pendência a respeito da delimitação da área de suas respectivas chácaras. Neste caso, qual seria a melhor forma de solucionar o conflito?

João e Antônio devem resolver suas pendências diretamente, sem a intervenção do poder Judiciário e/ou de um mediador
31%

João e Antônio devem procurar um mediador, pois desta forma a solução do conflito é feita de forma mais rápida
29%



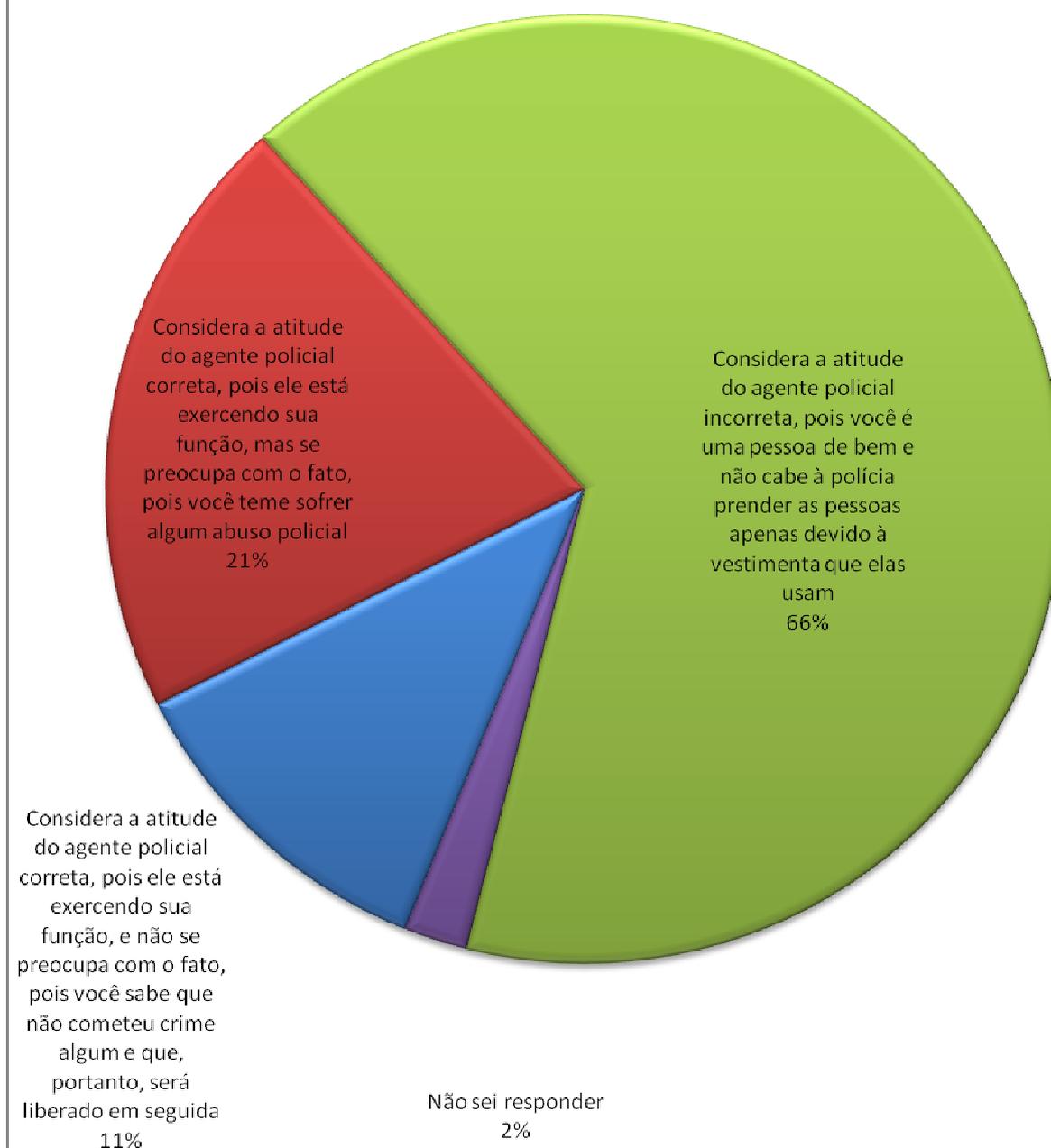
Não sei responder
8%

João e Antônio devem procurar os tribunais, pois mesmo que demore muito, consideram que apenas o poder Judiciário pode solucionar tais problemas
32%

QUESTÃO 10

<p>Você está caminhando tranquilamente pela rua quando o agente policial o aborda e diz que você está preso, porque há uma ordem de prisão para uma pessoa que está vestida exatamente do jeito que você está vestido.</p> <p>Você:</p>	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Considera a atitude do agente policial correta, pois ele está exercendo sua função, e não se preocupa com o fato, pois você sabe que não cometeu crime algum e que, portanto, será liberado em seguida	133	11%
Considera a atitude do agente policial correta, pois ele está exercendo sua função, mas se preocupa com o fato, pois você teme sofrer algum abuso policial	243	21%
Considera a atitude do agente policial incorreta, pois você é uma pessoa de bem e não cabe à polícia prender as pessoas apenas devido à vestimenta que elas usam	768	66%
Não sei responder	25	2%
TOTAL	1169	100%

Você está caminhando tranquilamente pela rua quando o agente policial o aborda e diz que você está preso, porque há uma ordem de prisão para uma pessoa que está vestida exatamente do jeito que você está vestido. Você:



QUESTÃO 11

Em um domingo, ao passear com sua família, você vê policiais revistando um grupo de jovens que estão usando boné, bermuda e chinelo. Você:	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Concorda com a atitude da polícia, pois acredita que aquele grupo de pessoas realmente é formado por criminosos	110	9%
Concorda que a polícia deva revistar aquele grupo de pessoas, mas não da forma abusiva como você está vendo	556	48%
Se revolta com a situação e acredita que a polícia está revistando aquele grupo daquela forma apenas devido à maneira que estão vestidos	471	40%
Não sei responder	32	3%
TOTAL	1169	100%

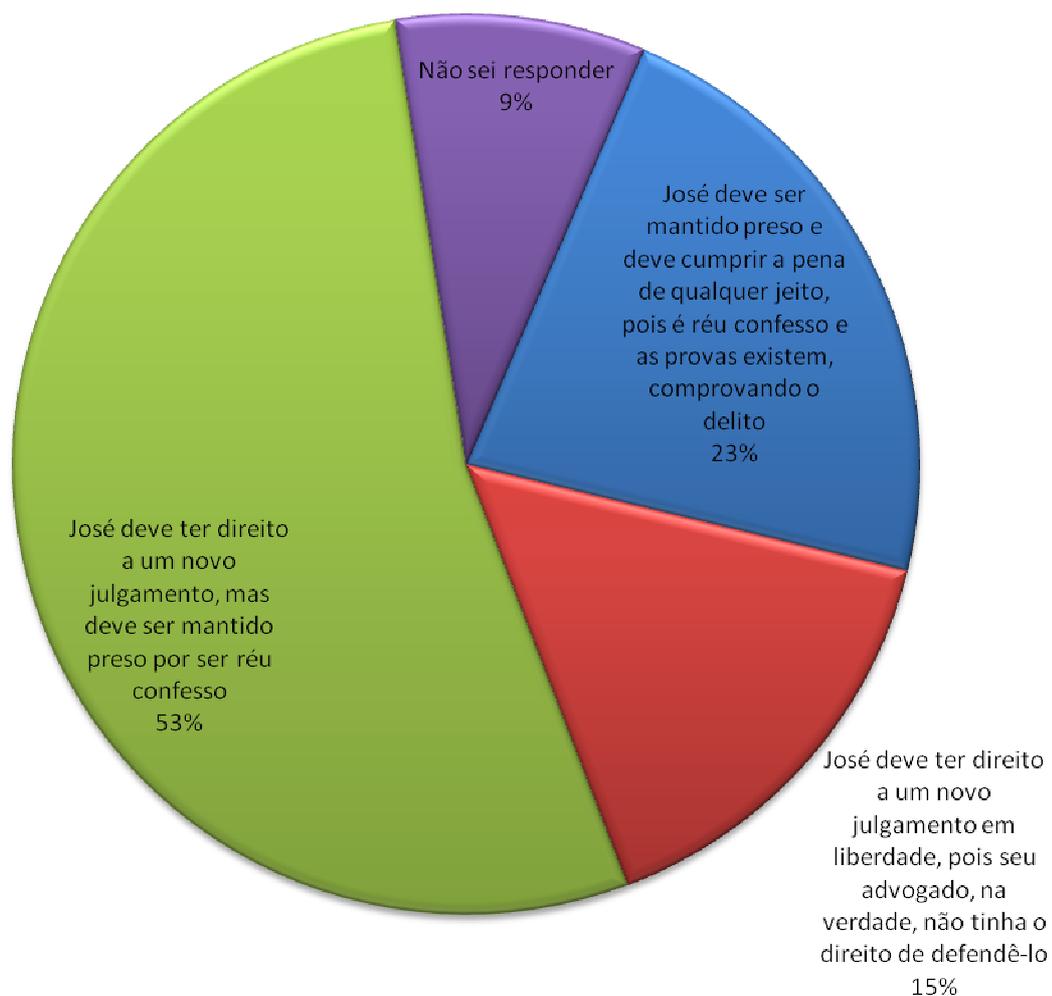
Em um domingo, ao passear com sua família, você vê policiais revistando um grupo de jovens que estão usando boné, bermuda e chinelo. Você:



QUESTÃO 12

José respondeu a um processo acusado de assassinar seu vizinho. As provas demonstraram que o fato realmente aconteceu e o próprio José confessou o crime. Em seu julgamento José foi assistido por um advogado, e o juiz o condenou a cumprir uma pena. Contudo, após a condenação descobriu-se que a pessoa que o defendeu não era realmente um advogado legalmente instituído, tornando nulo todo o processo. Neste caso:	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
José deve ser mantido preso e deve cumprir a pena de qualquer jeito, pois é réu confesso e as provas existem, comprovando o delito	262	22%
José deve ter direito a um novo julgamento em liberdade, pois seu advogado, na verdade, não tinha o direito de defendê-lo	180	15%
José deve ter direito a um novo julgamento, mas deve ser mantido preso por ser réu confesso	623	54%
Não sei responder	104	9%
TOTAL	1169	100%

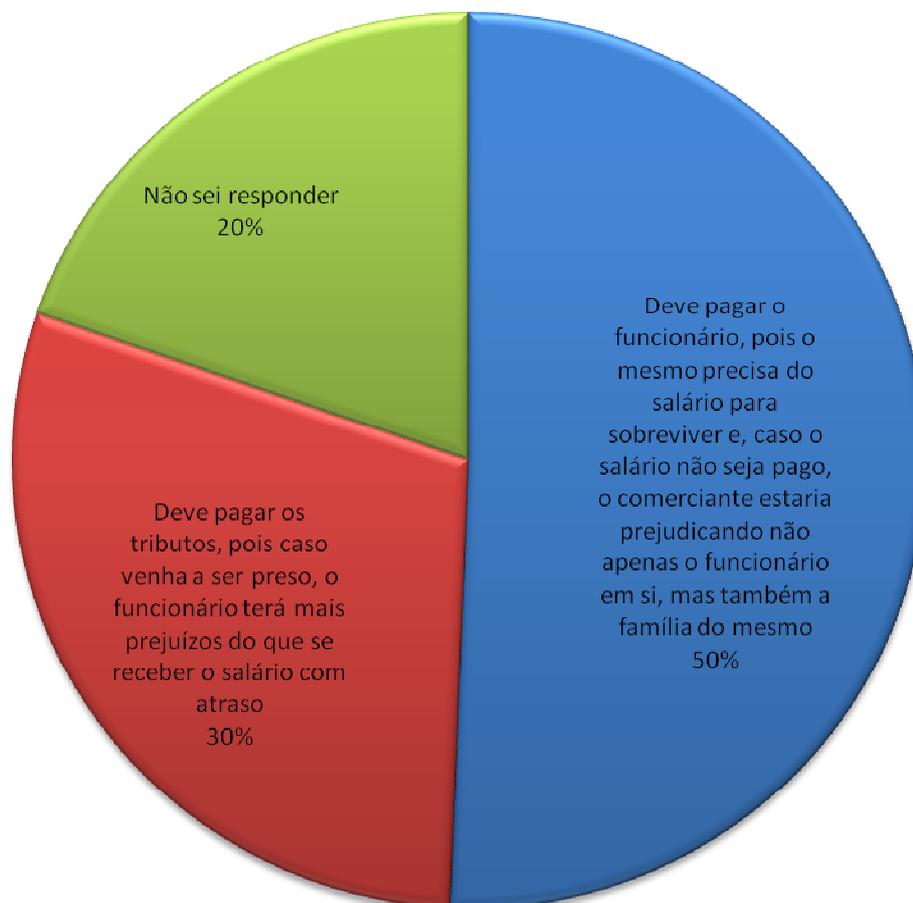
Após a condenação descobriu-se que a pessoa que o defendeu não era realmente um advogado legalmente instituído, tornando nulo todo o processo. Neste caso:



QUESTÃO 13

<p>A empresa de um comerciante está vivendo um momento de dificuldades financeiras. Na hora de pagar o salário, o comerciante tem pouco dinheiro e tem de escolher entre pagar o salário do empregado ou recolher os impostos, incluindo os direitos do funcionário. O dinheiro disponível só permite fazer uma dessas coisas. Buscando orientação com um advogado, o mesmo disse o seguinte: se o comerciante pagar o empregado estará fazendo justiça social, mas ficará devendo os impostos e a lei tributária dirá que é crime tributário não recolher os tributos, podendo o comerciante ser preso. Por outro lado, deixar de pagar o empregado não é crime, é apenas uma dívida. Neste caso, o que o comerciante deve fazer?</p>	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Deve pagar o funcionário, pois o mesmo precisa do salário para sobreviver e, caso o salário não seja pago, o comerciante estaria prejudicando não apenas o funcionário em si, mas também a família do mesmo	592	51%
Deve pagar os tributos, pois caso venha a ser preso, o funcionário terá mais prejuízos do que se receber o salário com atraso	347	29%
Não sei responder	230	20%
TOTAL	1169	100%

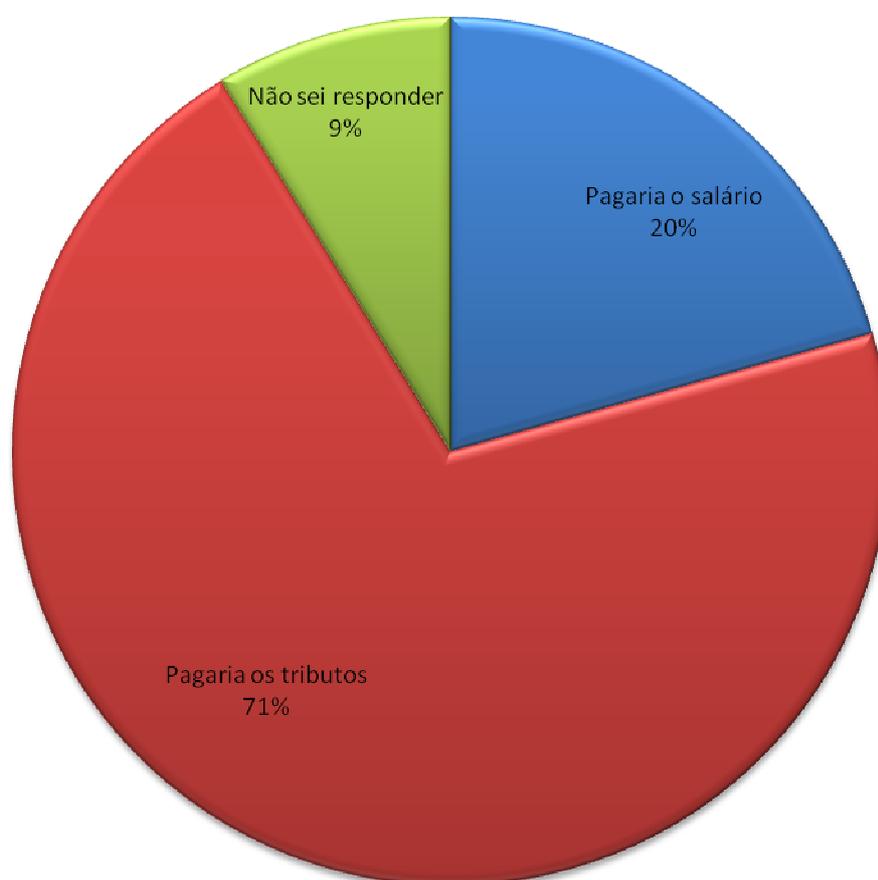
Neste caso, o que o comerciante deve fazer?



QUESTÃO 14

Ainda no contexto da pergunta anterior, caso você fosse o comerciante, qual atitude tomaria?	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Pagaria o salário	241	20%
Pagaria os tributos	826	71%
Não sei responder	102	9%
TOTAL	1169	100%

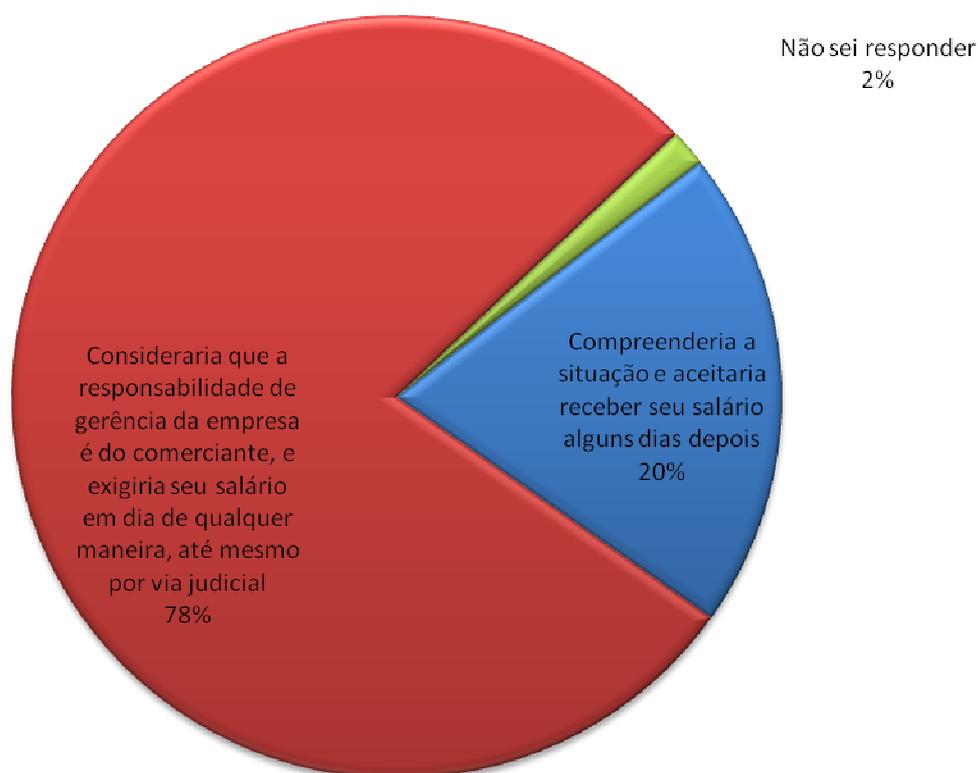
Ainda no contexto da pergunta anterior, caso você fosse o comerciante, qual atitude tomaria?



QUESTÃO 15

Ainda no contexto da pergunta 13, se você fosse o funcionário e soubesse das dificuldades financeiras da sua empresa, você:	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Compreenderia a situação e aceitaria receber seu salário alguns dias depois	238	20%
Consideraria que a responsabilidade de gerência da empresa é do comerciante, e exigiria seu salário em dia de qualquer maneira, até mesmo por via judicial	913	78%
Não sei responder	18	2%
TOTAL	1169	100%

Ainda no contexto da pergunta 13, se você fosse o funcionário e soubesse das dificuldades financeiras da sua empresa, você:



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GÜNTHER, H. *Como elaborar um questionário*. Série “Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais”, nº 1. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. Coleção “Temas básicos de educação e ensino”. São Paulo: EPU, 1986.

RODRIGUES, William. *Metodologia científica*. Paracambi, RJ: FAETEC/IST, 2007.